



**AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: aprofundar a crítica e avançar nas estratégias de resistência<sup>1</sup>**

*ABEPSS – Gestão “Lutar quando é fácil ceder”*

*2103/2014.*

Desde a implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), no Brasil, em 2004, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) tem assumido um posicionamento crítico e de resistência permanente, frente à este sistema que é parte constitutiva da contrarreforma do Ensino Superior em curso sob a égide do neoliberalismo.

Para a ABEPSS em seu conjunto, profissionais e estudantes, o SINAES cumpre o papel de “certificar produtos educacionais”, numa clara perspectiva mercadológica, sem a garantia da qualidade da política pública de educação superior no Brasil.

Assim, durante quase uma década temos desenvolvido um conjunto de estratégias de enfrentamento contra esse processo, cuja as ações perpassaram o tripé do SINAES: avaliação da instituição de ensino, avaliação do curso de graduação (*in loco*) e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

Recaiu sobre este último, com o protagonismo do Movimento Estudantil do Serviço Social, o grande desafio de articular os(as) estudantes em torno do boicote às provas, em um contexto em que o papel da educação e, em

---

<sup>1</sup> Texto elaborado com a contribuição das professoras Mavi Rodrigues (UFRJ) e Raquel Sant’Ana (UNESP).

especial da educação universitária, passa a ser movida cada vez mais por uma concepção mercantil. Nessa ótica cabe à universidade, para além de produzir ciência e tecnologia para o capital, também se materializar como área de altos lucros para seus investimentos (LEHER, 2010).

Tal perspectiva tomou força no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi amplamente difundida pelo governo de Lula da Silva e tem continuidade devastadora no Governo de Dilma Rousseff. Em realidade, o que se desenvolveu foi o aprimoramento do receituário de privatização das vagas no ensino superior, pelo menos em duas frentes. 1- com o REUNI, o PROUNI em nível de instituições federais e 2- com o FIES e a oferta de cursos por empresas da área da educação, sejam elas nacionais ou internacionais. Neste cenário, destacamos o fenômeno do ensino a distância que é um dos indicadores mais perversos desta lógica de ampliação de vagas a qualquer custo.

Muitos estudos já apresentaram o resultado imediato deste processo, ainda em curso, que traz também em seu interior o processo de privatização interna das IEs públicas, a partir das fundações, dos cursos pagos entre outras manifestações.

É neste contexto que se consolida o SINAES que, como já nos definiu Rodrigues (2013) tem se constituído como ferramenta de “certificação de produtos educacionais” e apresenta uma série de contradições, que vamos pontuar a seguir.

**Em termos operativos** podemos destacar três questões: a composição da comissão de especialistas que elabora a prova; a comissão da avaliação *in loco* e por fim, o instrumento de campo.

O processo de composição da comissão de especialistas para elaborar a prova mudou. Atualmente ocorre com o convite a pessoas de cursos que foram bem avaliados. Percebe-se claramente nesta iniciativa um elemento ideológico de buscar a ampliação da adesão ao sistema, já que reduz a indicação ao resultado quantitativo dos cursos, sem se interessar pelos elementos políticos, estruturais e conjunturais que permeiam este debate no campo do Serviço Social.

Assim, temos acompanhado o distanciamento cada vez maior da prova do ENADE, no sentido de mensurar adequadamente aquilo que dá vida às diretrizes curriculares, que expressam o caráter crítico da formação profissional a partir de uma determinada direção teórico -metodológica e ético política.

Outro tema que envolve este debate é a seleção e a capacitação da comissão de avaliadores(as) externos para proceder a avaliação *in loco* e analisar as condições de ensino. A indicação é feita de forma aleatória mediante um registro prévio no portal do MEC-INEP.

A capacitação para ser avaliador(a) é eminentemente técnica, ou seja, se reduz ao aprendizado do manuseio dos instrumentais que compõem o SINAES.

Neste sentido, a ABEPSS desde gestões anteriores<sup>2</sup> tem defendido uma maior aproximação com a comissão e apropriação da metodologia da avaliação *in loco*, no sentido de que os instrumentos também indicassem, entre outros, o processo de precarização do trabalho e de sucateamento das IEs. Desde a segunda versão do SINAES, em 2007, foi excluído do relatório da visita, o espaço destinado as impressões do(a) avaliador(a) que, praticamente, inviabilizou tal estratégia.

Ainda com relação ao instrumento da visita *in loco*, podemos destacar outras distorções como o peso que é dado à infraestrutura e aos recursos tecnológicos, em detrimento da identificação e valoração de mecanismos fundamentais à formação profissional, como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Mudanças operadas no SINAES, pelo MEC/INEP, em 2010, restringiram as visitas *in loco* as instituições de ensino que não atingissem a nota mínima (3,0). Além disso, institui o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e consolida o SINAES/ENADE, tal como acentua Rodrigues (2013, p. 2)

como um componente central de uma **política de certificação de cursos** que, erigida à imagem e semelhança das políticas de certificação da qualidade de mercadorias e serviços empresariais,

---

<sup>2</sup> Ver documento INSUMOS PARA A CRÍTICA DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA GRADUAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA ABEPSS PARA O DEBATE- documento preliminar [http://executivamess.files.wordpress.com/2012/04/avalicao\\_do\\_ensino\\_superior\\_abepss\\_2010.pdf](http://executivamess.files.wordpress.com/2012/04/avalicao_do_ensino_superior_abepss_2010.pdf)

num contexto de economia mundializada, promove uma perversa concorrência entre as instituições de ensino.

O mérito desta caracterização sobre o SINAES/ENADE é o de confirmar a reflexão crítica que as entidades representativas do Serviço Social elaboraram desde a sua primeira edição e, também pontuar que apesar das três dimensões do SINAES, **a sua força ideológica** tem se centrado no ENADE.

Assim, devemos ter claro que o SINAES/ENADE é incapaz de avaliar a educação superior do país, mas ao instituir um sistema de valoração lhe confere legitimidade social. Para as Instituições Superiores privadas meramente mercantis, obter as melhores classificações no ENADE é o meio que lhes possibilita obter a “legitimidade social para disputar, até mesmo no futuro com as Instituições Federais de Ensino Superior, a alocação do orçamento público destinado à educação universitária” (RODRIGUES, 2013, p 3).

Neste contexto queremos nos deter na reflexão acerca da estratégia do boicote ao ENADE, implementado pelo MESS, ao longo desta década de resistência ao SINAES.

Inicialmente reafirmamos a posição de respeito da ABEPSS a autonomia da organização, deliberação e construção tática-estratégica do MESS. Mas, como nos aponta a avaliação preliminar dos resultados do ENADE de 2010, no âmbito do Serviço Social, realizada por Rodrigues (2013), com raríssimas exceções, a adesão ao boicote tem se concentrado nas universidades públicas. A autora afirma ainda que:

No ENADE de 2010 nenhum dos cursos na modalidade do ensino à distância existentes no Serviço Social obteve conceito abaixo de três. Além disso, do total de cursos das universidades públicas que participaram da avaliação de desempenho da área (52 cursos), apenas 25% obteve conceito igual ou superior a três, contra cerca de 70% do total de cursos pertencentes a instituições de ensino superior não universitárias - centros universitários e faculdades isoladas – (cerca de 167 cursos) que conseguiu chegar a esta faixa de notas. (RODRIGUES, 2013, p.3).

Nesta análise, não podemos deixar de considerar os obstáculos que se interpõem para a organização estudantil o âmbito das IES privadas além do crescimento da modalidade do ensino a distância em nossa área que:

tornou gigantesco o universo de matriculados nos Cursos de Serviço Social, computado pelo *Censo do Ensino Superior* do MEC de 2010 em cerca de 144.000 alunos, mais da metade (cerca de 78.000) pertencente ao ensino à distância, ou seja, composta por um alunato privado das mínimas condições de politização(p.3).

Ilusório também seria apostar que o INEP poderia admitir o legítimo boicote estudantil, dando a conhecer a percentagem da entrega das provas em branco como de fato ela é: uma crítica ao SINAES.

Sua política de certificação alimenta uma concorrência perversa entre os cursos que mina não só a solidariedade entre os que dela são obrigados a participar; mas também qualquer crítica, já que seus contêdores, tratados como os que tiveram rendimento insuficiente, são simplesmente desqualificados. (RODRIGUES, 2013,p 3).

Muito embora o exame dos “*Resultados do ENADE*” de 2010 do INEP/MEC (Cf. RODRIGUES, 2013, p.5) tenha sinalizado que no universo das unidades de ensino de Serviço Social onde foi expressiva a aderência ao boicote com a entrega da prova em branco como forma de protesto, não houve o mesmo índice de boicote ao questionário socioeconômico,

a prevalência de notas baixas, especialmente no quesito relativo à avaliação da infraestrutura dos cursos, indica a ausência de uma orientação política do movimento estudantil que pudesse servir de base para as respostas dos estudantes ao dito questionário.

Tal fenômeno expressa uma contradição na medida em que se adota um dualismo de posição que rebate na finalidade política do boicote: que é a negação do SINAES/ENADE.

Por outro lado, é preciso reconhecemos que mesmo considerando a importância de atuarmos juntos aos demais elementos do tripé do SINAES, como a visita *in loco* e a constituição das comissões de especialistas e de avaliação, no processo de resistência nos centralizamos no confronto ao ENADE.

Tal condição decorre das dificuldades de uma conjuntura adversa com a intensidade da precarização da formação profissional e do próprio sistema SINAES que imprime uma dinâmica de ranqueamento a partir da nota do ENADE.

Com base nesses apontamentos e em sequência ao debate interno na ABEPSS,<sup>3</sup> reafirmamos o nosso posicionamento crítico ao SINAES e avaliamos que no contexto atual a estratégia do boicote ao ENADE tem sido isolada e, portanto, não vem se constituindo com a força política necessária para deslegitimar o SINAES.

Assim, consideramos imprescindível o fortalecimento das nossas ações coletivas com o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO e, no sentido de atualização de nossas estratégias, indicamos os seguintes encaminhamentos:

- 1- Localizar parceiros e aliados que fazem a crítica a atual mercantilização do ensino superior, no sentido de ampliar as bases do debate nacional da inadequação desse sistema de avaliação de construção de estratégias coletivas.
- 2- Articular reunião com o INEP para questionamento dos critérios de indicação e composição da comissão de especialistas e de elaboração da prova, especialmente quanto ao distanciamento do conteúdo das provas em relação direção teórico-política das diretrizes curriculares da ABEPSS.
- 3- Apreender os rebatimentos dos resultados do SINAES nas Unidades de Formação Acadêmicas, a partir de uma investigação nacional.

#### REFERÊNCIAS:

ABEPSS. *Insumos para a crítica do sistema nacional de avaliação da graduação: contribuições da ABEPSS para o debate - documento preliminar*. Gestão 2009 – 2010.

LEHER.R. Crise estrutural e Função Social da Universidade Pública. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. Ano 10. Nº 19. Jan/jun.

RODRIGUES, M. *Nótula sobre o boicote ao ENADE no Serviço Social: avaliação preliminar dos resultados da edição de 2010*. Rio de Janeiro, junho de 2013. *Mimeo*.

---

<sup>3</sup> Em junho de 2013 realizamos em Vitória - ES, reunião ampliada da direção nacional na qual deliberamos o que expressamos neste texto.

